

Ação e Liberdade Políticas na Utopia Inglesa seiscentista

*Political Freedom and Action in
Seventeenth-century English Utopia*

Helvio Moraes*

Resumo: O objetivo deste estudo é analisar a literatura utópica inglesa que testemunha e aborda criticamente os principais conflitos e reviravoltas na cena política do período que engloba a Guerra Civil, a instauração do Parlamento e a Restauração, levando em consideração alguns elementos que a caracterizam:

- 1) A defesa da liberdade política, fundamentada nos princípios republicanos avançados por Harrington, em oposição ao governo monárquico patriarcal;
- 2) O abandono de uma visão cíclica e escatológica da história, com ênfase dada ao debate e ação políticos no processo de transformações sociais;
- 3) Ao contrário da tradição utópica precedente, os debates sobre a melhor forma de governo, contrastando princípios republicanos e monarquistas, acabam por criar uma literatura de cunho às vezes panfletário, às vezes pragmático, que gera o que podemos chamar de “tensão projetual”.

Palavras-chave: Utopia inglesa do século XVII; Guerras Civis; Restauração.

Abstract: *This study aims at presenting the English utopian literature which witnesses and critically approaches the main conflicts and turmoils in the political scene of the period that comprehends the Civil War, the interregnum*

* Universidade do Estado de Mato Grosso – Unemat, helviomoraes.unemat@gmail.com

and the Restoration, taking into consideration some characteristic elements, such as the defense of political freedom, based on the republican principles championed by Harrington, against the notion of a patriarchal monarchical government; the abandonment of a cyclical and eschatological vision of History, with an emphasis given to the debate and the political action in the process of social transformations; in an opposition to the preceding utopian tradition, the debates on the best form of government, by contrasting republican and monarchical principles, produce a pamphleteering, and sometimes pragmatic, literature, which generates that which we can call “projectual tension”.

Keywords: *Seventeenth-century English utopia; Civil Wars; Restoration.*

Há um dado que necessita ser levado em conta quando se estuda grande parte dos escritos utópicos do século XVII inglês: na história do gênero, talvez seja a primeira vez que surge uma literatura de cunho às vezes panfletário, às vezes pragmático, gerando o que se pode chamar de “tensão projetual”, em que se ressalta o caráter de proposta política a ser colocada em prática. Nas décadas que abarcam o período pré-revolucionário até a Restauração, percebemos uma constante reivindicação, por parte desses utopistas, da possibilidade de um exercício pleno de sua liberdade política, uma vontade de participação ativa, de intervenção objetiva nos assuntos do Estado, uma face apenas, mas significativa, da noção de livre arbítrio que, no Humanismo, remonta ao pensamento de Pico della Mirandola, mas que adquire um forte caráter político quando o racionalismo humanista passa a cogitar formas inauditas de práxis política e de configuração ideal do Estado.

De modo expreso ou apenas sugeridos, tais elementos fazem-se perceber no texto utópico de maior fortuna do Seiscentos inglês: *A Nova Atlântida*, de Francis Bacon, publicada em 1627. *A Nova Atlântida* é uma imagem viva de como seria a vida num mundo onde o empreendimento científico torna-se a estrutura dominante dentro de uma comunidade política, conforme Sargent (1996, p. 152). É um texto que traduz o anseio de Bacon por ver institucionalizada uma sociedade científica, em que a pesquisa é realizada de forma cooperativista, tendo como base a ciência experimental.

É possível, por exemplo, perceber indícios do que viria a se tornar a *Nova Atlântida*, numa pequena *masque* representada diante da rainha, em Gray’s Inn, no natal de 1594. Nela, Bacon sugere a Elizabeth o estabelecimento de quatro instituições para a reforma do conhecimento: uma grandiosa biblioteca, um jardim botânico e zoológico, um museu contendo tudo o que foi produzido com arte e engenho, e um grande laboratório. Porém, não conseguiu fazer com que a rainha aderisse à sua causa. Com a ascensão de James I, Bacon recobra o ânimo em ver seu projeto realizado. Durante o reinado de James, vários de seus escritos estão relacionados à instituição da pesquisa científica em larga escala, demandando um grande trabalho de cooperação¹.

¹Para maiores detalhes quanto às idéias de Bacon sobre a pesquisa científica como empreendimento coletivo, remetemos aos estudos de LEARY (1994) e de SARGENT (1996), que nos fornecem em detalhes estas informações.

Vê no rei a figura de um novo Salomão (e este dado passa a ser importante para entendermos as alusões à personagem bíblica na *Nova Atlântida*), e lhe dedica um de seus grandes escritos, a *Instauratio Magna*, em busca de apoio para seu projeto de uma ‘irmandade de cientistas’, por meio da qual haveria uma grande troca de informações entre todos os eruditos da Europa. Embora o reinado de James seja um período repleto de êxitos políticos² (Bacon se torna Chanceler em 1618) e de grande produção intelectual, a materialização de seu projeto ficará para a posteridade, com a criação da Royal Society of London.

Não surpreende, portanto, que a principal instituição da *Nova Atlântida* seja a Casa de Salomão, instituída “para a descoberta da verdadeira natureza de todas as coisas, e para que maior fosse a glória de Deus na criação delas e maior o benefício dos homens no seu uso” (Bacon, 1976, p. 40). O último quarto da utopia é dedicado à descrição de seus objetivos, de seus instrumentos, das funções de seus membros e dos ritos e normas que seguem.

Esse colégio de cientistas é o verdadeiro ponto de chegada da viagem. É preciso observar, porém, que, nas partes que antecedem sua descrição, não nos deparamos com nenhum interlocutor que nos informe sobre a organização política da ilha. Raras são as menções a um rei que, contudo, parece possuir uma função meramente figurativa. Não recebe os viajantes, não os visita durante sua estada na Casa dos Estrangeiros e não participa das cerimônias mais importantes. E o que é mais impressionante: a honra maior que um estrangeiro pode ter na Nova Atlântida não é ser apresentado ao rei, mas ter uma entrevista com o Sacerdote da Casa de Salomão³.

Como em outras utopias, uma vez assinalada sua instituição principal, todas as outras necessariamente a ela se subordinam. Neste mundo perfeito, não é admissível o confronto entre duas instâncias de poder. Obviamente, para Bacon – a esta altura já politicamente arruinado, ainda que em constante

² Assim como de fracassos. Em 1621, julgado e acusado por ter aceito suborno, Bacon não apenas é destituído de seu ofício junto à chancelaria, mas também preso na Torre de Londres. Além disso, perde, a partir daí, todos os seus direitos políticos. Ver LEARY (1994, p.53-8).

³ A tradição, segundo WEINBERGER (1976, p. 866-7), acredita que a “*Nova Atlântida* seja incompleta porque não contém um ensinamento sobre a forma de governo ou preceito político”, porque não “combina a organização do projeto científico com um relato da regra política necessária para a melhor forma de vida humana”. Este é um dos aspectos que mais ocupa os estudiosos da utopia baconiana: seu caráter fragmentário, sua incompletude. A questão é considerada irrelevante por BERNERi (1962, p. 150), pois, a seu ver, ainda que tivesse a intenção de escrever uma parte dedicada à organização política da *Nova Atlântida*, Bacon provavelmente não lhe alteraria o caráter fundamental de uma república onde a ciência desempenhasse o papel de protagonista.

expectativa de poder voltar a atuar na vida pública, sob o aval do rei –, seria extremamente difícil e arriscado representar em detalhes a submissão do aparato estatal a seu colegiado de cientistas. O prudente silêncio de Bacon sugere que o poder, uma vez nas mãos da comunidade científica, altera significativamente a forma como se organiza uma sociedade, da qual, porém, o autor pode apenas fornecer alguns esboços no tocante à religião e ao convívio social, mas não quanto ao governo, posto que a forma vigente já estaria superada no mundo ideal.

Ademais, a idéia de que o Estado, senão subordinado, se coloca a um nível de poder inferior ao da Casa de Salomão é explicitada pelo próprio Sacerdote: “efectuamos reuniões para decidir quais das invenções e experiências por nós efectuadas devem ser tornadas públicas e quais não devem, e todos juramos segredo quanto àquelas que consideramos deverem ser mantidas secretas, embora algumas delas as revelemos, *por vezes*, ao Estado” (Bacon, 1976, p. 76 – itálico nosso).

Por tudo o que dissemos acima, a obra baconiana pode ser vista como um divisor de águas, no sentido de buscar em Morus os recursos ficcionais que darão mais “plasticidade” a ideias que vinham de um longo curso de amadurecimento. Porém, ao mesmo tempo, Bacon introduz um elemento novo de que também lançarão mão os utopistas do período revolucionário e que se define por uma variação da categoria temporal dentro do gênero: há um redimensionamento do tempo, e o futuro longínquo e pouco plausível dos textos utópicos anteriores (com a possível exceção da utopia de Francesco Patrizi, *A Cidade Feliz*) apresenta-se agora no horizonte do autor, o que faz surgir uma “tensão projetual”, que dá ao escrito utópico um caráter mais pragmático, uma espécie de proposta a se realizar em poucos anos. É o que Luigi Punzo chama de “utopia progressiva” que, em Bacon, baseia-se na confiança absoluta nas “possibilidades da nova ciência” e que, nos autores do período revolucionário à Restauração, encontra-se na ideia de processo no estudo do fenômeno político⁴. Em tais escritos será possível perceber uma

⁴ Ver PUNZO (1989, p. 10-1).

ruptura com a visão cíclica do tempo histórico, o que levará à “projeção conjectural da história, introduzida pelo par progresso-revolução”⁵.

A primeira destas utopias, *A Description of the Famous Kingdome of Macaria*, foi publicada em 1641 e sua autoria foi por longo tempo atribuída a Samuel Hartlib. Embora haja fortes indícios de uma cooperação por parte de Hartlib, atualmente considera-se que o autor de Macária tenha sido um membro de seu *Invisible College*, Gabriel Plattes. Hartlib era um entusiasta do projeto científico de Bacon e sabe-se que a fundação da Royal Society se deve, em grande parte, ao esforço dos membros de seu círculo intelectual. A defesa do empreendimento científico como trabalho coletivo está delineada em *Macaria*. Trata-se de um pequeno diálogo, travado entre um Viajante e um Erudito, sobre algumas leis e costumes dos macarianos, um povo a que Hitlodeu, no primeiro livro da *Utopia*, apenas faz menção. O autor o endereça ao Longo Parlamento, como um “pequeno contributo ao Tesouro do Estado”, expressando suas ideias em forma de “relato, tendo por modelo o Senhor Thomas Moore [sic] e o Senhor Francis Bacon, uma vez Lorde Chanceler da Inglaterra” (Plattes, 1641, p. A2). As propostas de uma reforma moral e política, tendo Macária como “exemplo para as outras nações”, são reafirmadas pelo Viajante na abertura do diálogo: “Ouvi dizer que eles [o Parlamento] estão resolutos a fazer uma boa reforma, [...] e se alguma das experiências que tive em minhas longas viagens puder servir de auxílio, de bom grado a revelarei para o bem público” (*ibidem*, p. 2). O Viajante, então, passa a descrever em linhas gerais a estrutura política, econômica e social de Macária. Ao longo do diálogo, percebe-se uma convicção profunda no êxito do empenho coletivo, quando assegurados os direitos e a liberdade individuais: “a arte da imprensa difundirá a tal ponto o saber, que o povo, conhecendo seus próprios direitos e liberdades, não desejará ser governado com opressão [...]. Por que não unir em um só acordo todos os habitantes da Inglaterra, para que este país se torne como Macária, isto é, pleno de habitantes, rico no tesouro e na defesa, de modo a ser invencível?”. A liberdade de expressar publicamente pensamentos é enfatizada: “Quem quer que haja concebido uma nova ideia é autorizado a discuti-la todo ano, diante do Grande Conselho”. Por fim, é manifesta a crença

⁵ Cf. MARRAMAO (1984, p. 41).

na construção de um conhecimento filosófico e científico de forma compartilhada: “Conheceis alguém que possua alguma ideia particular ou alguma experiência válida? Em troca disso, darei ouro, ou melhor, outras [ideias e experiências] igualmente válidas, posto que este é o único comércio que há muito tempo pratico”. Como nos mostra J. C. Davis (1981, p. 313-4), *Macaria* é a representação dos elementos mais utópicos do círculo de Hartlib: “unindo a renovação do conhecimento, seguindo os passos de Bacon e Comênio, e uma escatologia milenarista, os amigos e colaboradores de Hartlib buscavam o restabelecimento do domínio do homem sobre a natureza, a Grande Instauração, um retorno ao estado pré-lapsariano”. O conhecimento científico, a perfeita instituição política, a adequada estrutura social são vistos tanto como dádivas divinas como resultantes do esforço humano.

Dez anos após a publicação de *Macaria*, já no governo de Cromwell, Gerrard Winstanley publica *The Law of Freedom in a Platform*. Sendo um texto da maturidade, nesta utopia encontramos o comunismo cristão e radical de Winstanley expresso após sua experiência com os líderes do movimento dos *Diggers* (ou *True Levellers*), formado por camponeses que lutavam por igualdade política e econômica e que, após a vitória dos parlamentaristas em 1649, começaram a colocar em prática sua reforma, atuando na região do Surrey, com a criação de plantações comunitárias e a ameaça de colocar abaixo os *enclosures*. O movimento durou pouco mais de um ano, mas é um fato de relevância na história do socialismo. O texto de Winstanley é dedicado a Cromwell e, segundo Verardi (2005, p. 90), pode ser visto como “um pedido, às vezes um rogo, para que o futuro *Lord Protector* implementasse as reformas sugeridas, para “fazer da terra um tesouro comum”. É escrito sob a forma de um tratado, e suas linhas principais advogam contra a propriedade privada, a instituição do trabalho assalariado, do comércio baseado na compra e na venda. Sua proposta pedagógica é ampla e igualitária: todos, sem restrição alguma, homens e mulheres, deveriam ter acesso ao conhecimento. Em suma, como afirma Hill (1987, p. 141), o texto de Winstanley é “um projeto de constituição para uma república comunista”.

Ao contrário de Winstanley, um utopismo de cunho aristocrático pode ser percebido na obra-mestra de James Harrington, *The Commonwealth of Oceana*.

Oceana. Embora tenha sido censurada por Cromwell numa tentativa prévia de publicação, *Oceana* foi publicada, com uma dedicatória ao *Lord Protector*, em 1656. O texto é uma exposição extremamente pormenorizada dos ideais republicanos do grupo de intelectuais que se formou ao redor do autor, que passou a ser justamente reconhecido como *Harringtonians*. O projeto político de Harrington tem como base a ideia de que a estabilidade do poder político depende de uma representatividade política justa e legítima, baseada na distribuição de propriedades rurais. Desde o século anterior, a aristocracia rural e os plebeus puderam adquirir consideráveis quinhões de terra, que levaram a uma redução da parte pertencente ao monarca e à nobreza. Assim, de acordo com Harrington, uma nova forma de governo deveria abranger a participação de membros das duas outras classes. Como consequência, e de acordo com tal princípio, o autor opta pelo governo republicano. Como salienta Schiavone, “Harrington fez sua escolha de campo, no curso da revolução, entre monarquistas e republicanos, [...] sobre a base da análise histórica. Quis que tal decisão fosse objetiva, científica. De fato, acreditava que a história e as leis da política por ele expostas indicavam com clareza na república o único governo estável e adequado aos novos tempos”.

A série de escritos utópicos pertencentes ao período que engloba as Guerras Civis e a Restauração se encerra com o texto de um seguidor de James Harrington, Henry Neville, que em 1668 publicou, sob a forma de panfleto, *The Isle of Pines*. A política e a atividade literária foram ocupações inseparáveis por toda a sua vida. Nascido na segunda metade do século, o autor foi testemunha das maiores reviravoltas e tumultos da cena política do período, e teve um papel importante nos acalorados debates e polêmicas sobre questões como a forma mais justa de governo e a situação das relações exteriores do país, assim como nas manobras políticas, enquanto defensor de um tipo de republicanismo que muito se assemelhava àquele proposto por Harrington.

De fato, seu último escrito, *Plato Redivivus* (publicado em 1681), baseia-se na ideia fundamental do pensamento de Harrington sobre a distribuição fundiária, a que aludimos acima, o que acaba levando Henry Neville a criticar duramente o governo patriarcal.

The Isle of Pines pertence a uma longa série de panfletos políticos que Neville escreveu nos anos que precederam à Restauração. Como afirma BRUCE (1999, p. xl), tais escritos eram intervenções diretas nos debates políticos de seu tempo. Esses debates

eram bastante complexos, uma vez que a oposição básica entre monarquismo e republicanismo se complicava pelo fato de terem existido, no período, diferentes tipos de republicanismo, assim como pelo fato de alianças serem frequentemente formadas entre facções que, à primeira vista, poderiam parecer antitéticas.

Os gêneros literários trazidos em questão quando se discute o texto de Neville mantêm essa forte relação entre o mundo fictício e a realidade imediata. A obra foi tirada de um longo período de ostracismo pelo historiador norte-americano Worthington Chauncey Ford em 1920, e tem sido lida como uma utopia, uma distopia, uma pornotopia, uma narrativa de viagem, um panfleto político, ou uma sátira da Restauração dirigida contra a figura de Charles II. Uma de suas partes ainda tem sido vista como precursora do que mais tarde se tornou conhecido como robinsonada.

A narrativa é dividida em duas partes, a princípio, publicadas separadamente, mas reunidas numa edição um pouco posterior. A primeira parte contém o relato epistolar de George Pine, o primeiro colonizador, que descobriu a ilha – por acaso – depois de ter sido o único homem a sobreviver a um naufrágio, juntamente com quatro mulheres, no tempo do reinado de Elizabeth I. Grande parte de seu relato é centrada na descrição de suas experiências sexuais com as mulheres em um cenário paradisíaco e no modo como foram capazes de povoar a ilha. Por volta dos oitenta anos, pouco antes de sua morte, George Pine contou 1.789 descendentes, sejam diretos ou de seus 47 filhos. A segunda parte é um relato contemporâneo, escrito por Cornelius Van Sloetten, um marinheiro holandês cujo navio fora conduzido até a ilha devido a uma tempestade, possibilitando-lhe obter informações sobre a história de Pine através do contato com seus descendentes.

Suas observações sobre a atual situação da ilha, seus longos diálogos com William Pine, neto de George, cuja figura em muito se assemelha à de um rei, e sua longa excursão por todo o território possibilitam ao leitor comparar

duas diferentes realidades e, assim, julgar as consequências da forma de organização social originária. De fato, a leitura dos dois relatos nos permite traçar três períodos distintos da colonização dos Pines: 1) A chegada de George Pine e o estabelecimento de uma comunidade política extremamente rudimentar, embora fortemente fundamentada em princípios patriarcais; 2) A ascensão de Henry, filho de George, ao governo da ilha, instituindo um conjunto de leis e estabelecendo um pequeno conselho, um tipo de representação parlamentar, composta por “várias pessoas, sob seu comando, para observar a execução das leis”; 3) O momento presente, quando William Pine, uma vez governador, diferentemente de seu pai, aparentemente perdeu o controle sobre seus súditos e não parece capaz de reprimir certos atos rebeldes. Sua sociedade tribal é “fragmentada, atormentada por divisões internas, uma sociedade que poderia ser classificada, por um leitor do século XVII, como bárbara” (Bruce, 1999, p. xli).

Centrando nossa atenção nas diferentes naturezas dos três Pines, nas mudanças ocorridas de um período a outro – vistas por Stillman, respectivamente, como representações da arcádia, da utopia e da distopia –, assim como a relação que eles mantêm com o pano de fundo político da época de Neville, podemos compreender mais claramente a posição política do autor, o alvo e o alcance de sua crítica.

Há uma grande similaridade entre as circunstâncias que envolvem a vida e o caráter de George Pine e a representação literária dos patriarcas pré-diluvianos, Adão e Noé. Assim como Adão, Pine se vê lançado em um lugar agradável e em nada ameaçador. Com o passar do tempo, “com o hábito suprimindo o pudor”, Pine e suas quatro mulheres mantêm uma aberta prática sexual a ponto de seus filhos começarem a compreender seu comportamento. Pine, o patriarca de uma família já relativamente numerosa, arranja os matrimônios e determina certas regras sociais primárias, baseadas em leituras bastante superficiais, um tanto literais, da Bíblia.

Gabe Mahlberg afirma que *The Isle of Pines* pode ser lida quase como uma adaptação ficcional de um texto que, durante a Restauração, era visto como “como a doutrina oficial do poder monárquico” (Amussen apud

Mahlberg): *Patriarcha, or the Natural Power of Kings*, de Robert Filmer (publicada em 1680, mas que já circulava em forma de manuscrito desde a década de 1630). Filmer fazia as origens do governo remontarem a Adão que, como o primeiro pai da primeira família, tornou-se também o primeiro rei e transmitiu sua autoridade de monarca, dada por Deus, através da primogenitura, a seu filho mais velho e, através dele, a todas as gerações subsequentes. Este relato de sucessão hereditária derivada de Adão relaciona-se com as noções de direito divino, primogenitura e uma ordem hierárquica estabelecida pelo nascimento. Implica, também, que tanto os filhos como os súditos estão, por natureza, sob a autoridade de seu pai e de seu monarca e, portanto, submissos.

Neste ponto, tocamos num aspecto crucial do pensamento de Neville: o problema da liberdade política e civil, algo que acompanha sua ideia de um poder consensual compartilhado, baseado na distribuição da propriedade rural, e cujo significado gera uma forte oposição em relação a Filmer, que abre seu tratado criticando um enunciado com o qual o autor de *The Isle of Pines*, pelo contrário, concordaria: “A humanidade já nasce naturalmente dotada de liberdade acima de qualquer submissão, e tem a liberdade de escolher a forma de governo que a satisfaça.”

Como pensador republicano, entusiasta da forma de governo veneziana, leitor devoto e provavelmente tradutor de Maquiavel, Neville obviamente defendia a ideia de que a sociedade deve ser governada antes pelo mérito do que pelo nascimento. Se algo desse tipo pode ser observado nesse texto, é o breve relato feito por William Pine sobre o governo de seu pai, a única passagem da obra que poderíamos com certeza definir como utópica. Henry Pine tem êxito em suprimir motins e insurreições, que surgem imediatamente após a morte de seu pai, estabelecendo um conjunto mínimo de leis e um pequeno conselho, por meio do qual pode governar a ilha até sua morte, sem maiores ameaças ao bem-estar da comunidade. A presença de um pequeno grupo proto-parlamentar, formado por membros escolhidos por suas habilidades políticas ou quaisquer outros motivos que não a ascendência, implicitamente se relaciona à defesa de Neville de um governo coordenado, ou,

em outras palavras, a uma releitura da teoria clássica da forma mista de governo, que tinha, na época de Neville, seu paradigma no mito de Veneza.

Embora apenas superficialmente sugerido – e uma possível alusão ao período precedente à Restauração, quando o parlamento gozou de um verdadeiro status de co-legislador e poder de decisão – o governo compartilhado representado por Henry Pine e seus conselheiros pôde garantir um considerável período de paz e segurança, necessário para o controle e a correção dos impulsos anárquicos de uma comunidade já numerosa que, “carente das práticas e das pré-condições para uma vida política ordenada, [...] degenera em pecado, sexo ilícito, estupro e violência” (Stillman, 2006).

As desordens da multidão estão intimamente relacionadas com imagens de depravação sexual. Este é um artifício bastante usado pelo autor, presente na maior parte de sua atividade de panfletista, para representar a corrupção moral e política de seu tempo. Para Neville, a corrupção, a desordem e a depravação são consequências morais de uma série de ações – políticas ou individuais – baseadas em princípios patriarcais. Na narrativa de Neville, essas anormalidades sociais ameaçam a sair completamente do controle após a morte de George e, novamente, durante a estada dos holandeses na ilha, como um sinal de que o governo de William – que, em certo sentido, revive o de seu avô, devido a sua inércia e falta de vontade política – é um fracasso (se é que pode ser chamado de governo, uma clara alusão ao reinado de Charles II). Na época de Neville – e como seu grupo intelectual entende – as transformações sociais e econômicas por que o país passara nas décadas anteriores clamavam por uma análoga mudança política, não a restauração de uma forma de governo imprópria e desgastada, que poderia apenas produzir circunstâncias incongruentes em relação ao novo estado de coisas.

Pode-se perceber, portanto, que os escritos utópicos do *interregnume* da Restauração tem um apelo pragmático bastante evidenciado, estão às voltas com os problemas centrais da tumultuada vida política inglesa e buscam respostas mais imediatas para tais questões, talvez mais que apenas denunciar as irregularidades e as imperfeições das instituições que estruturam a vida social. O caráter de proposta não lhes é estranho.

Referências Bibliográficas

BACON, Francis. **Nova Atlântida**. Trad. Fernanda Pinto Rodrigues. Lisboa: Ed. Minerva, 1976.

BERNERI, Maria Luisa. **Viaje a través de Utopía**. Buenos Aires: Editorial Proyección, 1962.

BRUCE, Susan (org.). **Three Early Modern Utopias** – Utopia, New Atlantis and The Isle of Pines. Oxford: Oxford University Press, 1999.

DAVIS, J. C. **Utopia and the Ideal Society** – A Study of English Utopian Writing – 1516 1700. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

HARRINGTON, J. **The Commonwealth of Oceana and A System of Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

HILL, Christopher. **O Mundo de Ponta-Cabeça**. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

LEARY Jr, John E. **Francis Bacon and the Politics of Science**. Ames, Iowa: Iowa University Press, 1994.

MAHLBERG, Gaby. **Henry Neville and English Republican Culture in the Seventeenth Century**. Manchester: Manchester University Press, 2009.

MARRAMAO, Giacomo. **Potere e Secolarizzazione: le categoriedel tempo**. Roma: Riuniti, 1984.

NEVILLE, Henry. “The Isle of Pines” *In* BRUCE, Susan (org.). **Three Early Modern Utopias** – Utopia, New Atlantis and The Isle of Pines. Oxford: Oxford University Press, 1999.

_____. **L’Isoladi Pines**. Milano: EdizioniAngeloGuerini e Associati, 1990.

PLATTES, Gabriel. **A Description of the Famous Kingdome of Macaria**. London, 1641.

PUNZO, Luigi. **L’Isoladi Utopia** – Rivoluzione e ProgettualitàUtopicanell’Inghilterradel Seicento. Roma: BagattoLibri, 1989.

SARGENT, Rose-Mary. “Bacon as an Advocate for Cooperative Scientific Research” *In* PELTONEN, Markku (org.). **The Cambridge Companion to Bacon**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

SCHIAVONE, Giuseppe. “La figura di James Harrington: Scienza Politica e Utopia”. In HARRINGTON, J. **La Repubblica di Oceana**. Milano: Franco Angeli, 1985.

STILLMAN, Peter G. “Monarchy, Disorder and Politics in **The Isle of Pines**”. Utopian Studies, Vol. 17, nº 1, Penn State University Press, 2006.

VERARDI, Julián. “EstudioIntroductorio” In WINSTANLEY, G. **La Ley de La Libertad**. Buenos Aires: Biblos, 2005.

WEINBERGER, J. “Science and Rule in Bacon’s Utopia: An Introduction to the Reading of New Atlantis” In **The American Political Science Review**, vol. 70, nº 3 (Sep., 1976).

WINSTANLEY, G. **La Ley de La Libertad**. Buenos Aires: Biblos, 2005.